



Razões para concluir Angra 3

Brasil vacila em retomar seu programa nuclear. Prova disso é que, de 1972 a 2018, ergueu apenas duas usinas

POR FRANCISCO RONDINELLI / IVAN SALATI

04/09/2018

Notícias na mídia pontuam o dilema relacionado à situação do empreendimento Angra 3, para o qual a Eletronuclear não tem fluxo de caixa necessário a fim de cobrir as despesas com a retomada da obra.

O total estimado para a conclusão do empreendimento está em R\$ 14 bilhões, enquanto que a não conclusão implicaria um gasto de R\$ 11,9 bilhões, decorrente de cancelamento de contratos, desmobilização no canteiro de obras, perda de equipamentos, recuperação do local etc. Ora, observando esses dois aspectos, tal dilema não deveria existir, qual seja: não terminar a usina e gastar R\$ 11,9 bilhões para nada ou finalizar e ter uma fonte de receita pelos próximos 60 anos. Ficaria garantida assim uma geração térmica complementar até o fim do século, e seriam arrecadados recursos com a geração para custear o descomissionamento futuro da planta, sem ônus adicional à sociedade.

Nossas reservas já medidas de urânio permitiriam um parque gerador nucleoeletrônico de até 12 usinas nucleares, trazendo segurança energética a novos investimentos industriais e eliminando riscos de apagão ou explosão de custos, como tivemos em 2015.

Um erro constante é comparar o Brasil com economias ricas, que estão com consumo de eletricidade razoavelmente estabilizado, não necessitando de um aumento significativo na produção. Seriam melhores modelos de comparação países que, assim como o Brasil, ainda estão num patamar baixo de consumo *per capita*, como é o caso dos principais integrantes do Brics, China, Rússia e Índia. Juntos, os três totalizam cem reatores em operação e 29 em construção.

Enquanto isso, o Brasil vacila em retomar seu programa nuclear. Prova disso é que, de 1972 a 2018, o país ergueu apenas duas usinas e mantém paralisada a construção de Angra 3. As duas usinas brasileiras em operação — Angra 1 e Angra 2 — estiveram entre as mais produtivas do mundo em 2017.

O valor alto das usinas brasileiras é devido, principalmente, aos períodos de interrupção na construção, mal que aflige todas as grandes obras no país, elevando os custos financeiros e onerando ainda mais o empreendimento. A construção de Angra 3, iniciada nos anos 1980, só foi retomada em 2008 e parou novamente em 2015, quando já estava se iniciando a montagem eletromecânica.

Uma terceira usina nuclear operando no país trará mais estabilidade ao sistema elétrico, evitando o crescente uso das termelétricas a gás e a óleo, que são caras, poluentes e oneram o consumidor. Por outro lado, a energia hidráulica teve, no passado, o papel de prover segurança ao sistema elétrico, utilizando seus reservatórios para compensar variações no regime de chuvas. No entanto, com a construção de usinas hidrelétricas a fio d'água, essa função de regulação ficou prejudicada. Some-se a isso a participação cada vez maior das energias eólica e solar na matriz elétrica brasileira, que precisam de fornecimento estável de base na rede — papel que pode ser exercido com a maior participação da geração nuclear.

Por isso, tornam-se imperativas a retomada da construção de Angra 3 e a inserção futura de outras usinas nucleares na matriz elétrica. Isso de forma progressiva e em conformidade com o planejamento energético, com a exploração de nossas reservas de urânio e o uso da tecnologia de fabricação do combustível desenvolvida pelo país, com baixo grau de dependência externa.

Sob esse enfoque, não parece muito complexo resolver o dilema em relação à Angra 3. Estão faltando apenas dois insumos estratégicos essenciais para que o país possa garantir desenvolvimento econômico e social: maturidade política e visão de Estado.

Ivan Salati é vice-presidente, e Francisco Rondinelli, consultor da Associação Brasileira de Energia Nuclear

Fonte: O Globo (o artigo original está disponível [aqui](#))